

O KIKONGO E A CULTURA DO POVO BAKONGO: A CULTULINGUÍSTICA NOS NOMES PRÓPRIOS

THE KIKONGO AND THE CULTURE OF THE BAKONGO PEOPLE: THE CULTULINGUISTIC IN THE NAMES

Kialunda Sozinho Kialanda¹, Sozinho Kilola Tumua², Manuel Paulo Bengui³, Alexandre
António Timbane⁴

RESUMO: Essa pesquisa almeja analisar o significado dos nomes no povo bakongo e a relação destes com suas tradições. Usando o método bibliográfico e analisando um *corpus* selecionado da cultura bakongo, pudemos perceber como os nomes carregam a identidade dos membros da comunidade. Da pesquisa se conclui que existem dois tipos de nomes: o oficial e o tradicional. Em kikongo o primeiro nome, dado por ocasião do nascimento, é escolhido de acordo com as circunstâncias ou com o momento em que se nasce.

Palavras-chave: povo kikongo; bakongo; nome; cultulinguística.

ABSTRACT: This research aims at analyzing the meaning of names in the bakongo people and the relation to their traditions. Using the bibliographic method and analyzing a selected corpus in the bakongo culture, we could notice how names carry the identity of community members. Based on the research, it is concluded that two types of name exist: the official one and the traditional one. The first name, in Kikongo, given at the time of birth is chosen according to the circumstances linked to the person's birth or to the moment one is born.

Keywords: kikongo people; bakongo; name; cultulinguistics.

¹ Graduando, UNILAB. Professor Colaborador.

² Graduando, UNILAB. Bolsista PIBEAC.

³ Graduado, UNILAB.

⁴ Doutor, Professor de Sociolinguística e Introdução à Linguística Africana na UNILAB.

1. INTRODUÇÃO

A Angola é um país africano formado por 18 províncias, subdivididas em 162 municípios e 558 comunas (ANGOLA, 2015). O nome Angola deriva da etnia “Ngola”, denominação atribuída a uma dinastia dos povos Ambundo, fixada no médio Kwanza. A República de Angola é limitada ao norte pela República do Congo e pela República Democrática do Congo (ex-Zaire); ao leste pela República da Zâmbia; ao sul pela República da Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico (NDOMBELE, 2017). O país possui cerca de 25.789.024 habitantes, segundo o Instituto Nacional de Estatística (2014); população essa que fala mais de 10 línguas africanas (dos grupos linguísticos bantu e khoisan) para além do português — que é usado como língua oficial — e a Língua Angolana de Sinais (LAS).

A Angola é formada por povos do grupo bantu e khoisan, que criaram cada um a sua identidade e apresentam características próprias. A cultura é o que diferencia um grupo do outro ou uma etnia⁵ da outra. As grandes cidades (p. ex. Luanda) perderam identidade cultural porque naquele espaço convivem etnias e grupos provenientes de diferentes lugares geográficos. Nas cidades ocorre um processo acelerado de aculturação que afeta grandemente a preservação das tradições genuinamente angolanas (COELHO, 2015).

Nas comunidades que conservam as tradições, o nome não é apenas um simples nome, pois carrega sentidos semânticos e, sobretudo, culturais inexistentes em outros grupos. De acordo com as tradições angolanas, quando uma criança nasce ela recebe dois nomes: um tradicional (da tradição) e outro oficial (do poder político moderno).

⁵ A palavra etnia significa “gentio”, proveniente do adjetivo grego *ethnikos*. O adjetivo se deriva do substantivo *ethnos*, que significa gente ou nação estrangeira. É um conceito polivalente, que constrói a identidade de um indivíduo resumida em: parentesco, religião, língua, território compartilhado e nacionalidade, além da aparência física. (SANTOS et al., 2010, p. 122).

De forma geral, o nome indica o começo de um provérbio que faz referência a um acontecimento. Significa que o nome tradicional carrega elementos culturais profundos de tal forma que basta dizê-lo para se descobrir qual é a etnia, a região de proveniência e, provavelmente, os parentes mais próximos (pais, avós, bisavós) de uma pessoa.

O nome tradicional é utilizado na evocação dos antepassados. Aliás, em alguns grupos sociais são os antepassados que atribuem nomes aos vivos; o contato entre os vivos e os mortos é feito por meio de adivinhadores, curandeiros ou profetas (pela mediunidade). Dentro da etnia, o indivíduo é reconhecido pelas autoridades sobrenaturais por meio do nome tradicional que, por vezes, é mantido em segredo entre os anciãos e membros mais influentes do grupo.

O segundo nome muitas vezes homenageia alguém importante, como um benfeitor, padrinho, padre, pastor ou é o nome de um avô, avó ou parente do pai. Alguns desses nomes, que indicam a ordem dos iniciados numa classe de idade, continuam a existir (como *Mbala*, *Kiala*, *Lukoki*). Apesar de a nomeação feita ao final dos ritos de iniciação ter se incorporado ao batismo cristão, permanece o costume da intitulação em momentos diferentes e marcantes da vida.

A cultura de um povo é uma marca identitária indelével; todos os povos do mundo estão organizados de maneira que seus membros sejam identificáveis em qualquer momento e essa identidade se espelha na língua como meio de comunicação. Junto a esse aspecto se acrescentam os nomes.

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o significado dos nomes no povo bakongo e sua relação com as tradições. Usando o método bibliográfico, analisamos e discutimos a relevância dos nomes para a identidade do membro da comunidade. Da pesquisa, concluímos que existem dois tipos de nomes: o oficial e o tradicional. Em kikongo o primeiro nome, dado por ocasião do nascimento, é escolhido de acordo com as circunstâncias ou com o momento em que se nasce.

O texto discute, primeiramente, os conceitos de língua, mostrando que esses se relacionam em mútua dependência. Em seguida, falamos dos povos bakongo, sua localização e suas características socioculturais básicas. Na seção subsequente, discutimos o conceito de nome, arrazoando os fundamentos e controvérsias que ocorrem nas sociedades africanas. Os tabus, por exemplo, sempre se relacionam com a atribuição do nome. Ainda, analisamos alguns dados e terminamos apresentando conclusões e referências utilizadas.

2. AS LÍNGUAS, OS POVOS E OS VALORES SOCIAIS

A África é conhecida historicamente como o “berço de toda a humanidade”. A afirmação é verdadeira porque foi nesse continente que foram descobertos os primeiros vestígios dos parentes mais antigos, os *homo sapiens*. Infelizmente, a África ainda é um continente desconhecido e a sua cultura é interpretada de forma errônea, mesmo com o desenvolvimento tecnológico do séc. XXI. A África possui uma diversidade científica, cultural e linguística riquíssima que precisa ser explorada e conhecida. Segundo Paulin Hountondji (2008), o estudo da África, tal como desenvolvido até hoje por uma longa tradição intelectual, faz parte de um projeto abrangente de acumulação do conhecimento iniciado e controlado pelo Ocidente.

Poucos se lembram de que na África surgiram a escrita, a técnica de mumificação de corpos (relacionada à medicina, à biologia e à química) e o conhecimento de plantas que curam diversas doenças (farmacologia). Na África foram construídas as esfinges e as gigantescas pirâmides (engenharia civil), entre outras grandiosidades que comprovam a existência de uma civilização endógena entre os africanos. Vários estudos, dos quais citamos Arnoldo Doberstein (2010), mostram como o Egito foi uma das grandes potências mundiais antes da colonização europeia. O

processo de colonização e aculturação europeias contribuíram e ainda contribuem para a camuflagem e mesmo o apagamento da realidade africana.

Muitas línguas africanas correm hoje perigo de desaparecer⁶ devido a políticas públicas falhas, que não incentivam seu desenvolvimento ou revitalização. Não há, nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) pelo menos, políticas linguísticas claras que protejam as diversas línguas que estão em perigo, pois se dá maior privilégio e importância à língua oficial — o Português. Rajano Abdula, Alexandre Timbane e Duarte Quebi (2017) levantam a problemática das línguas africanas questionando o desenvolvimento endógeno e a tendência da redução de seus falantes. Parece que não há vontade política para que a África se desenvolva, partindo das línguas autóctones; ainda prevalece a ideia de que as línguas africanas são incapazes de atuar como meios de expressão em todas as situações da vida econômica, política e sociocultural do continente.

Nessa pesquisa, refletimos sobre o papel das línguas na identidade de um povo analisando as relações entre a língua e a cultura do povo bakongo de Angola partindo da seguinte questão: se as línguas carregam identidade, quais as relações existentes entre a língua e a cultura do povo bakongo? Sabemos que os nomes de montanhas e de pessoas carregam traços culturais que deveriam ser conservados e protegidos pela sociedade, por exemplo.

A África é um continente plurilíngue no qual situações de bilinguismo são fenômenos normais. Uma das razões desse fenômeno se dá pelo fato de que o conceito de língua é muito complexo e não segue requisitos pré-estabelecidos em muitas culturas europeias, por exemplo. Em muitos momentos os limites entre língua,

⁶ Das mais de 6.000 línguas no mundo, mais de 200 línguas morreram nas últimas três gerações, 538 estão em estado crítico, 502 estão gravemente ameaçadas, 632 estão ameaçadas e 607 estão vulneráveis. Esse fenômeno do desaparecimento da linguagem se manifesta em todas as regiões do mundo cujas condições econômicas são muito variáveis. Na África Subsaariana, onde cerca de 2.000 línguas (quase um terço do total mundial) são faladas, é muito provável que pelo menos 10% delas desapareçam nos próximos 100 anos. (MOSELEY, 2010).

variante e dialeto são menos nítidos, valendo sempre o consenso entre as comunidades. A inteligibilidade entre línguas é uma prova da complexidade do conceito de língua nas comunidades.

Só para ilustrar: em Moçambique, onde se falam também línguas do grupo bantu, como em Angola, os falantes de xichangana, xironga e xitswa entendem-se perfeitamente, sem precisar de tradução ou interpretação; compartilham a mesma estrutura gramatical e grande parte do léxico. Esse fenômeno acontece também com diversas línguas angolanas e cientificamente comprova a origem comum dessas línguas, além de demonstrar que os limites entre elas é uma criação sociocultural.

As grandes famílias de línguas africanas são: afro-asiática, nilo-saariana, nigero-congolesa, khoisan e austronésia (NGUNGA, 2015; GREENBERG, 2010; MAHO, 2003). As línguas do grupo bantu são faladas por cerca de 220 milhões de pessoas localizadas geograficamente entre a região dos montes Camarões (ao sul da Nigéria), junto à costa atlântica, até à foz do Rio Tana (no Quênia) e se prolonga até a África Austral (NGUNGA, 2015; PETTER, 2015). A Angola é abrangida pelas línguas dos grupos khoisan e bantu. No entanto, o português é a única língua oficial, segundo a Constituição da República de Angola (2010) no seu artigo 19º (nº1). No mesmo artigo, nº 2, a Carta Magna diz que “[o] Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional” (ANGOLA, 2010, p. 09), embora isso não aconteça na prática. Além do português e da língua de sinais, em Angola se fala kimbundu, kikongo, tchokwe, nganguela, umbundu, ndonga, oshiwambu, nyaneka, héhéro (ABDULA, TIMBANE & QUEBI, 2017, p. 25). Ezequiel Bernardo (2017, p. 37) acrescenta as línguas fiote, kenhama, muhumbi, luvale. Eduardo Ndombele (2017, p. 80) ainda sinaliza a existência de lingala, swahili, tchiluba, porque os limites políticos são diferentes dos limites linguísticos. Esses dados mostram que não há estudos

definitivos sobre as línguas angolanas, até porque os limites entre língua, variante e dialeto ainda são discutíveis entre os linguistas.

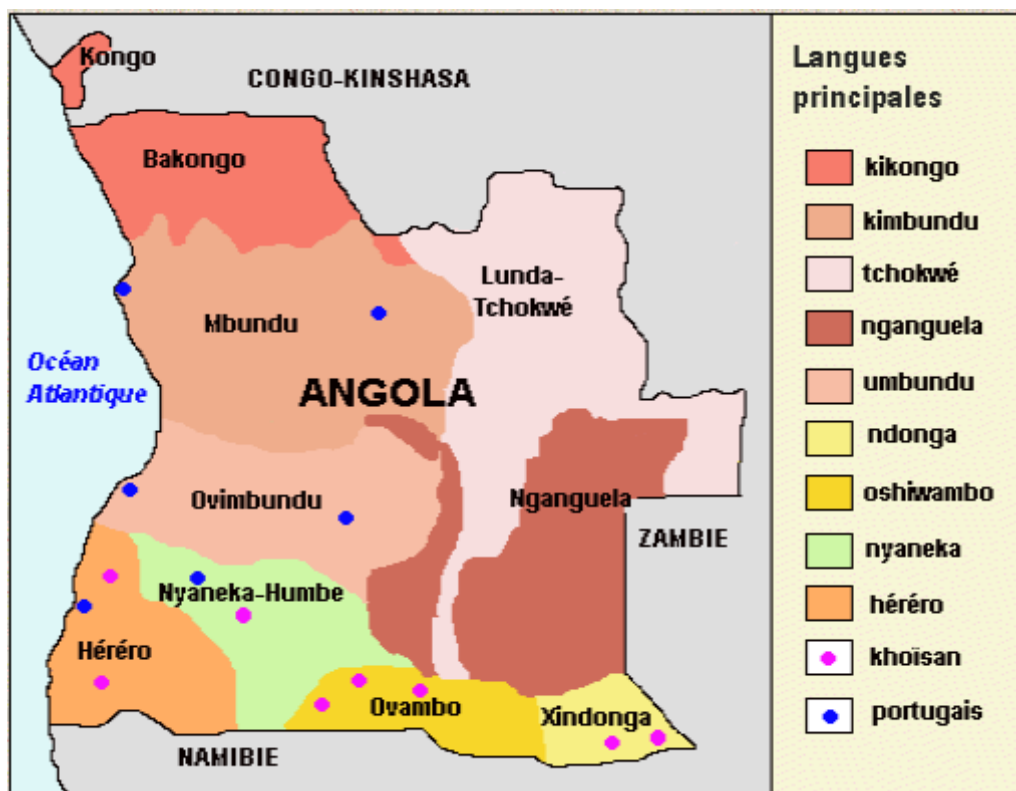
Qualquer língua natural só faz sentido quando compreendida dentro de um contexto cultural. De acordo com Denys Chuche (1999), a cultura é o conjunto complexo de conhecimentos, crenças, arte, moral e direito, além de costumes e hábitos adquiridos pelos indivíduos inseridos numa determinada sociedade. Já para Alexandre Timbane (2016), a cultura é o conjunto de práticas, técnicas, símbolos e valores que são compartilhados por um grupo socioculturalmente identificado, e é percebida nas práticas socioculturais.

A língua, segundo Claire Kramsch (2014), é um sistema de signos que tem dentro de si um valor cultural. Os falantes identificam-se através da língua, no seu uso e, assim, veem a língua como um símbolo da sua identidade social. A proibição da sua utilização é, muitas vezes, percebida pelos falantes como uma rejeição de seu grupo social e da sua cultura (KRAMSCH, 2014). A língua está ligada à cultura, e a cultura é muitas vezes expressa pela língua, daí o termo *cultulinguística*, definido como o estudo das relações entre língua e cultura. O termo *cultulinguística* é novo e foi criado para integrar os termos cultura e linguística. A hipótese Sapir-Whorf e os estudos de E. Sapir, J. M. Câmara Jr., C. Kramsch provaram as interligações entre língua e cultura.

Nesta pesquisa utilizamos o termo *aculturação* “para designar os fenômenos que resultam da existência de contatos diretos e prolongados entre duas culturas diferentes e que se caracterizam pela modificação ou pela transformação de um ou dos dois tipos culturais em presença” (PANOFF & PERRIN, 1973, p. 13). O Dicionário Houaiss define o mesmo termo como “processo de modificação cultural de indivíduo, grupo ou povo que se adapta a outra cultura ou dela retira traços significativos” (HOUAISS & VILLAR, 2009, p. 54). Esse fenômeno é mais marcante nos nomes, se considerarmos estes como uma entidade que identifica o ser humano e carrega significados históricos e culturais do nomeado.

3. OS POVOS BAKONGOS

O povo bakongo habita uma larga faixa ao longo da costa atlântica da África, desde o sul do Gabão até às províncias do Zaire e do Uíge, passando pela República Democrática do Congo (pelo enclave de Cabinda). No ano de 1960 a população bakongo compunha cerca de 13,5% dos angolanos; atualmente este grupo étnico está reduzido a 8,5%, resultado da aculturação e dos deslocamentos provocados pela guerra e pela fome (INOCENTE, 2015). Porém, ainda é o terceiro maior grupo étnico de Angola.



MAPA: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO POVO BAKONGO E A LÍNGUA KIKONGO EM ANGOLA

Fonte: Instituto de Geodesia e cartografia de Angola (2002)

A classificação de Malcolm Guthrie coloca o Kikongo no grupo linguístico H10. As línguas que fazem parte deste grupo são: beembe (H11), vili (H12), kunyi (H13), ndingi (H14), mboka (H15), S. kongo (H16a), C. kongo (H16b), yombe (H16c), fiote (H16d), bwende (H16e), laadi (H16f), E. kongo (H16g), S.E. kongo (H16h), mbumdu (H21a), mbamba (H21b), sama (H22), bolo (H23), songo (H24), yaka (H31), suku (H32), hungu (H33), mbangala (H34), sinji (H35), mbala (H41) e hunganna (H42) (INOCENTE, 2015, p. 50-51). A maioria dessas línguas é falada na República Democrática do Congo, no Congo Brazaville e no Gabão.

Ainda sobre os bakongos e a cultulinguística, é importante apontar que os habitantes do antigo Reino do Kongo são chamados de bakongo e pertencem ao povo bantu. Na verdade, o nome do povo é kongo. O *ba* é prefixo nominal da *classe 2* que marca o plural e o prefixo singular é *mu-* (MEINHOF, apud NGUNGA, 2015). Portanto, bakongo significa “povos kongo”. Um povo cuja cultura e tradições atualmente vêm se degradando devido ao fenômeno da aculturação. Segundo Kanda (apud DODÃO, 2017, p. 06) o Reino do Kongo, composto atualmente por 489 mil habitantes, está espalhado pelas seis províncias da região norte, distribuídos em 10 grupos: “Basikongo, Bandongo, Pombo, Nsoso, Suku, Yaka, Zombo, Hungu, Bayombe e Woyo”. A maior parte da população do grupo bakongo localiza-se na província de Uige.

Os povos bakongos têm tradições e práticas tradicionais próprias. Essas práticas fazem com que o povo seja único. A desintegração do povo é ao mesmo tempo o desaparecimento de práticas tradicionais. A guerra entre o partido MPLA e o partido UNITA, que durou mais de vinte anos, provocou o deslocamento de populações das suas regiões de origem para as grandes cidades, em busca de proteção do Estado. Esse deslocamento originou a perda de vários traços culturais porque o ambiente da cidade é muito heterogêneo misturando diferentes povos no mesmo espaço.

A maioria das famílias que fugiram da guerra, da área rural para urbana, não voltaram mesmo depois do fim da guerra. Esses cidadãos adaptaram-se à nova vida da

cidade e passaram a falar a língua portuguesa, que é a língua da elite, protegida pela Constituição da República e pelo poder político. Esses cidadãos da área rural não ensinam mais as línguas africanas aos seus filhos, atitude que fará com que a próxima geração de angolanos não as conheçam. A situação piora ainda quando essas línguas africanas não são ensinadas nas escolas e não são valorizadas pela Constituição da República; a consequência de tudo isso é o perigo de extinção. Os poucos bakongos que residem nas áreas rurais preservam as suas práticas culturais, apesar do processo de aculturação ter entrado de forma agressiva pela televisão e pela internet.

Os traços característicos dos bakongos são visíveis em algumas práticas da cultura brasileira. Alguns curiosos, por exemplo, questionam se a capoeira é de Angola. A resposta é clara: a capoeira é uma prática cultural brasileira com traços de tradições africanas. A mesma resposta serviria para o samba e o candomblé. Ambas são práticas tradicionais formados a partir da construção de um novo povo vindo de quatro continentes para o Brasil: África, Europa, Ásia e Américas.

4. O NOME: FUNDAMENTOS E CONTROVÉRSIAS NAS SOCIEDADES AFRICANAS

O “nome” é um elemento importante na vida do ser humano. Antes do nascimento, os pais pensam no nome que será atribuído à criança. Todos queremos saber qual é o nome da pessoa com quem conversamos, com quem tuitamos, com quem nos relacionamos; por detrás do nome há elementos socioculturais fortes. Esses elementos são colocados de forma consciente (em algumas sociedades) e em outras de forma empírica (sem nenhum viés, mas sempre motivado). O tabu, por exemplo, é um elemento presente nos nomes e carrega elementos culturais, tal como o sociólogo Hutton Webster (1952) apresenta em seu livro *Le tabou: étude sociologique*.

Segundo Rosário Guérios (1956) “tabu” significa “sagrado-proibido” ou “proibido-sagrado”. Para Mihaela Popescu (2017, p. 143, tradução nossa):

Do ponto de vista semiótico, o tabu linguístico está intimamente ligado à busca de suas causas e às consequências que gera nos níveis social e cognitivo. É a expressão da necessidade de mudar o mundo, de esconder realidades, de desviar a percepção geral de certos fatos ou certos eventos.

Necessitamos do conceito de tabu nesta pesquisa porque a atribuição do nome se liga diretamente a esse fenômeno. De uma perspectiva pragmática, é necessário perguntar se a proibição imposta pelo tabu é realmente seguida por um sucesso, como parece à primeira vista (POPESCU, 2017). O tabu apresenta quatro características: a primeira é que carece de fundamento lógico e é de origem desconhecida; a segunda, possui efeito psicológico para os que usam; a terceira, se propaga oralmente entre pessoas através do contato entre elas; e a quarta, a anulação do tabu dá-se por meio de cerimônia tradicional (GUERIOS, 1956).

A seguir, vamos apresentar alguns exemplos que demonstram o poder do nome em diversos grupos étnicos do mundo. Estes exemplos mostram como esse tabu apresenta elementos culturais, crenças e outros traços característicos de povos com filosofia própria:

Exemplo 1: [...] em zulu, uma língua falada na África, a mulher é proibida de dizer o nome do sogro, o nome dos irmãos deste e o nome do genro, quer estejam vivos ou mortos, e também não pode falar uma palavra semelhante ou derivada: uma mulher cujo genro chama-se *Umánzi* com o radical *mánzi* (água), por exemplo, deverá evitar todos os vocábulos em que se apresenta a palavra *mánzi* e os complexos fônicos semelhantes. (CEZARIO; VOTRE, 2009, p. 149, grifos no original).

Exemplo 2: Os indígenas australianos guardam seus nomes em segredo, porque, conhecendo-os o inimigo, creem ter em seu poder algo que pode, magicamente, prejudicá-los. Abandonam, para sempre, seu nome, quando passam pela primeira das numerosas cerimônias que lhes conferem os direitos de homem feito. Se alguém da tribo quer chamá-lo, dirá “irmão”, “sobrinho” ou “primo”, conforme o caso, ou o chama pelo nome da classe a que pertence. (GUERIOS, 1956, p. 32).

Exemplo 3: Entre os negros Crus (África ocidental), só os parentes mais próximos conhecem o verdadeiro antropônimo de cada um; os outros o interpelam por meio de pseudônimo. Os Jalofo (Senegâmbia) ficam aborrecidos se alguém os chama em voz alta. Dizem que o espírito mau se lembrará do nome e dele se servirá, de noite, para lhes fazer mal. (GUERIOS, 1956, p. 33).

Os três exemplos mostram que os nomes carregam elementos e traços culturais que conduzem os modos de ser e de estar em sociedade. O tabu de um nome marca o destino daquilo que as tradições orientam. O estudo de Antonia de Lima (2007) mostrou essa interligação na escolha de nomes em famílias de elite em Lisboa. Por outro lado, um outro estudo de Alexandre Timbane e Dayanny Coelho (2018), que analisa a atribuição de nomes de produtos industrializados, mostrou a interligação do nome do produto e a história e a cultura do autor no nome. Nos tabus não há negociação nem meio termo. Cumpre ou não cumpre. Caso não cumpra, as consequências são de sua inteira responsabilidade, ou seja, a sociedade não terá culpa caso aconteça algum mal por não se cumprir as orientações do tabu.

5. METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Olhando para os nomes completos dos autores desta pesquisa podemos observar: Kialunda, Bengui, Timbane, Kilola, Tumua. Esses nomes não aparecem por acaso, são uma identidade, um traço sociocultural e constituem uma marca indelével que baliza o ser em cada uma das etnias das quais provém os autores. A maior motivação para nossa pesquisa surge da necessidade de compreender o valor e os traços que as pessoas e os lugares carregam em contexto africano.

A presente pesquisa é de carácter bibliográfico e considerou a leitura, análise e discussão de diversas obras que debatem o assunto. Baseando-se nas teorias cultolinguísticas, analisamos se o fenômeno é verificável na língua kikongo. Também

formamos um *corpus* composto por: a) quatro nomes de montes/serras; b) dez nomes próprios de pessoas. O objetivo era verificar as teorias lidas e discutidas. A escolha dos nomes foi aleatória, sabendo que representam a cultura e a identidade de um povo.

O ser humano sempre procura atribuir nomes às coisas. Nessa atribuição, liga a palavra à realidade cultural, tal como o dicionário de Francisco Cobe (2010) e o artigo de Timbane (2016) mostram.

Partimos do princípio de que os nomes de serras e montanhas não são atribuídos aleatoriamente nos povos bakongos. Sempre estão ligados às tradições e aos hábitos e culturas do povo. O que está em jogo não é apenas um nome, mas uma cultura e é aí que o estudo torna-se mais pertinente. A pesquisa não foi submetida à Comissão de Ética porque os nomes são de domínio público e não causam nenhum constrangimento para seus donos. Passemos agora às conclusões às quais chegamos.

O nome carrega uma identidade e por essa razão não é atribuído aleatoriamente. Em kikongo, por exemplo, os nomes são caracterizados pela particularidade de formarem o plural no seu começo, sendo invariável sua terminação. A essa parte inicial dos nomes, ou melhor, à parte designativa de singular ou plural, costumam os gramáticos chamar de prefixos (TAVARES, 1915, p. 08). Por isso, os nomes de *classe 1* se comportarão como nos exemplos a seguir: *muntu* (pessoa) e *antu* (pessoas); *muana* (menino, menina, filho, filha) e *ana* (meninos, meninas, filhos, filhas); *mpangi* (irmão mais velho, irmão mais velha) e *ampangi* (irmãos mais velhos ou irmãs mais velhas).

Passemos agora para os significados dos nomes ligados às tradições dos bakongos. Vejamos os nomes colhidos nas realidades dos povos bakongos:

1. Nomes de montanhas: Serra de Mucala (Mukala) significa “lá está ou lá estará”; Serra da Canda (Kanda) significa “tribo ou clã que representa a descendência de um povo ou uma nação”; Cavernas do Zau Evua: zau significa “teu ou o que é teu”; Grutas do Nzenzo: (Tadi Dya Nzenzo) significa “a pedra da torneira”.

Esses dados mostram que os nomes de montanhas se ligam aos significados atribuídos pelo povo. Em muitos momentos não existe uma tradução literal, pois os nomes carregam uma identidade cultural inexistente na cultura europeia de onde o português se originou.

2. Nomes próprios: *Kialunda* significa “guardado ou o que está guardado”; *Kialanda* significa “o que provém, a seguir”; *Lulendo* significa “Poder”; *Mayamona* significa “o que vi, o que me aconteceu, o que vivi”; *Lumanisakio* significa “acabem-no ou o acabem”; *Zola* significa “amar, gostar”; *Sita* significa “pessoa estéril, infértil”; *Mpata* significa “cinco francos, escudo, moeda” e *Mbata* significa “chapada”.

Como se pode observar, o nome é a identidade do sujeito. Os nomes aportuguesados são evitados nestas tradições e se privilegia as línguas locais, visto que são identificáveis pelos antepassados. Essa crença cultural demonstra que a cultura é um bem maior que precisa ser preservado.

Uma simples saudação na língua kikongo difere do português e de outras línguas europeias (*Buenos dias, bonjour, good morning*, etc). Bom dia, boa tarde e boa noite são traduzidos como “lunagine”, mas “lunagine” não é exatamente ‘bom dia’. Significa “como passou o dia”. A noção da saudação para esta cultura questiona o estado de saúde da pessoa e não faz alusão ao dia (se é ‘bom’ ou ‘mau’). A interpretação dos fenômenos naturais (como o amanhecer, por exemplo) depende de como os falantes interpretam o mundo.

Por que razão em português se diz “o sol nasceu”? O verbo ‘nascer’ dá a impressão de que se trata de algo novo, mas na realidade não se trata de um sol novo. Existe um só sol, e cada dia é o reaparecimento da luz que havia sido fechada pela sombra. No português tem-se a impressão de que há 365 sóis num ano.

Em kikongo, a palavra *ntangua* ou *watangwa* significa *sol* ou *lua* porque ambos estão na mesma plataforma da classificação, segundo a tradição cultural daquele povo. Quer dizer, segundo os bakongos, o sol e a lua têm o mesmo nome: *ntangua* ou

watangwa. Um ilumina de dia (sol) e outro à noite (lua). Por isso para dizer: “o sol nasceu” em kikongo você diz: *etangwa xikamené*. *Xikamené* não significa *nascer*, mas *acordar*. Os bakongos entendem que o *Sol* e a *Lua* ‘acordam’ e ‘não nascem’, como é no português. Quando uma mãe dá à luz uma criança no mesmo momento em que nasce o sol, geralmente ao bebê é atribuído o nome de *Watangua*, que significa “aquele/a que nasceu ao resplandecer ou ao nascer do sol/lua.” Esse exemplo ilustra como a língua se liga à cultura, porque elementos da interpretação cultural são expressos na língua.

Olhando para o processo de aculturação observa-se que a proibição de nomes africanos nos cartórios de registros de nascimento contribuiu em grande parte para a perda de identidades. O sistema português proibia o uso de nomes genuinamente africanos, atitude que explica a redução do registro desses. A perda de um nome é a perda da identidade sociocultural do indivíduo, assim como a perda do contato com os antepassados, pois eles identificam os membros da etnia a partir dos nomes por eles reconhecidos. Em Angola observou-se um processo de aculturação dos nomes, especialmente nos anos 1990 e 2000, porque cidadãos que moram na cidade perdem ao longo do tempo as suas raízes culturais (LIMA, 2007). O processo de aportuguesamento dos nomes prejudicou bastante a identidade nominal dos bakongos. Um estudo de Natalia Czopek (2012) revela que os nomes próprios *Nzuau*, *Zuje* e *Mpételo* teriam surgido em Angola devido à adaptação dos nomes portugueses *João*, *José* e *Pedro*, respectivamente.

Terminamos essa parte lembrando que os colonos portugueses, antes de transportar os escravizados de Luanda para as Américas, realizavam um batismo no qual as pessoas perdiam seus nomes originais em favor dos nomes bíblicos ou nomes de seus patrões. Os escravizados vindos da África para as Américas, em especial para o Brasil, perderam os traços dos nomes que receberam dos seus antepassados quando alcunhados por nomes que não lhes eram alheios.

6. CONCLUSÃO

Analisando os dados, percebe-se que o nome carrega elementos culturais facilmente identificáveis na cultura bakongo. Apenas pelo nome já é possível saber de qual etnia o sujeito é, pois carrega a identidade. A questão 'nome' não apenas acontece em contexto bakongo. No Brasil, por exemplo, há forte influência indígena na atribuição de nomes próprios. Os nomes de montanhas, rios e lagos no contexto brasileiro foram atribuídos por indígenas, como por exemplo: *Rio Itapucuru* que significa "rio das pedras compridas", quer dizer, *itá* (pedra), *puku* (comprida) e *ry* (rio); *Rio Buranhém* significa "árvore doce", sendo *ybyrá* (árvore) e *e'em* (doce). Isso revela que as línguas indígenas deixam marcas da sua identidade. Esses exemplos ilustram como a sociedade, em especial a comunidade, participa na atribuição de significados linguísticos e culturais. Um nome não aparece por acaso.

Nesta pesquisa tentamos mostrar, através de exemplos, fenômenos sociolinguísticos que ligam a língua e a cultura de um povo e como é necessário preservar as línguas como forma de perpetuar a riqueza cultural herdada dos nossos antepassados. É preciso produzir mais manuais de ensino de línguas africanas, como já apontado em outros estudos (ANGOLA, 2008), e fomentar sua aprendizagem, uma vez que os nomes em qualquer cultura carregam a identidade do povo. Os povos africanos que foram escravizados e traficados para as Américas perderam os seus nomes reais e receberam nomes que não os identificavam. Talvez uma agressão mais forte do que uma chicotada ou a submissão ao trabalho forçado. O nome carrega elementos fortes da cultura e que deveriam ter sido respeitados pelo regime colonial. A perda desses nomes provocou em certa medida uma perda de identidade.

Tal como afirma José Lourenço Tavares (1915) na cultura dos povos bakongos os nomes próprios são, em geral, nomes apropriados de animais, plantas, etc. e, não

raro, fazem alusões a circunstâncias de tempo, lugar ou ainda a meros acidentes ocorridos na ocasião do nascimento das pessoas a quem são dados (se se trata dos nomes de pessoas). Assim, por exemplo: um homem que deixou a mulher grávida para ir trabalhar longe de casa, caso a mulher dê à luz antes da sua chegada pode atribuir o nome “Nseke” que significa *longe*, fazendo alusão à distância que se encontrava o pai. O nome Bengui, por exemplo, significa “defensor”, “protetor da família”, “aquele que cuida dos outros”. Esses elementos subjetivos da cultura atribuem uma responsabilidade para que o seu comportamento futuro seja próximo ao nome atribuído. Isso é cultivado e incentivado pelos mais velhos. Também o nome da criança recém-nascida pode ser atribuído ao lugar aonde o pai se encontrava em tal ocasião, ou onde o nascimento ocorreu. Os nomes de regiões ou povos são tirados de nomes de feitiços célebres, das condições topográficas, etc. Isso significa que o meio ambiente é relevante para a atribuição do nome. Também é frequente a atribuição do nome do fundador ou da mulher do fundador da etnia, de uma povoação ou de um herói da época (TAVARES, 1915). Há, ainda, nomes que são atribuídos nos ritos de circuncisão, cerimônias de iniciação à vida adulta contribuindo para a identidade do indivíduo. Os nomes ocidentais que vemos com povos bakongos resultam do processo da colonização que visava tornar o angolano “civilizado”, como se já não o fosse.

Concluimos que no contexto africano os nomes de lugares estão ameaçados pela modernidade, que vem substituindo o tradicional, o que a nosso ver é prejudicial para a identidade dos povos. Os povos bakongos ainda preservam a maioria dos nomes [tradicionais?], embora os cartórios notariais de registros de nascimentos tenham contribuído para o desaparecimento de muitos deles.

REFERÊNCIAS

- ABDULA, Rajano A. M.; TIMBANE, Alexandre A.; QUEBI, Duarte O. *As políticas linguísticas nos PALOP e o desenvolvimento endógeno*. RILP. Lisboa, IV Série, nº 31, p. 21-44, 2017.
- ANGOLA. *Manual de alfabetização em língua kikongo*. Luanda: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002426/242662POR.pdf>>. Acesso em: 30 jun 2018.
- ANGOLA. *O perfil de Angola*. Luanda: Portal Oficial do Governo de Angola, 2015. Disponível em: <<http://www.governo.gov.ao/opais.aspx>>. Acesso em: 04 mar 2019.
- ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. Luanda: Assembleia da Republica, 2010.
- BERNARDO, Ezequiel Pedro J. *Norma e variação linguística: implicações no ensino da língua portuguesa em Angola*. RILP. Lisboa, IV série, nº 32, p. 37-52, 2017.
- CEZARIO, Maria M.; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 141-156.
- COBE, Francisco Narciso. *Novo dicionário português-kikongo*. Luanda: Mayamba, 2010.
- COELHO, Virgílio. A classificação etnográfica dos povos de Angola: 1ª parte. Mulemba: Revista angolana de Ciencias Sociais. Luanda, v. 5, nº 9, p. 1-15. 2015.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.
- CZOPEK, Natalia. *Lá porqué você fala uma língua nacional, não é mais angolano do que eu: algumas observações sobre a realidade linguística de Angola*. Românica Cracoviensia. Universidade Jagellónica de Cracóvia. v. 11, p. 83-89, 2012.
- DOBERSTEIN, Arnoldo W. *O Egito antigo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- DODÃO, Bento Miguel Vete. *Análise descritiva dos antropónimos da língua kikongo*. 81p. Dissertação (Mestrado em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2017.
- GREENBERG, Joseph Harold. Classificação das línguas da África. In KI-ZERBO, Joseph. (Org.). *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. v. 1. Brasília: UNESCO, 2010, p. 317-326.
- GUERIOS, Rosário F. M. *Tabus linguísticos*. Revista Letras. v. 5 e 6, p. 07-31, 1956.

HOUAISS, Antonio & VILLAR, Mauro S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v.80, p. 149-160, mar. 2008.

INOCENTE, Luntadila Nlandu. *A nominalização em kisikongo (H16): os substantivos predicativos e os verbos de suporte vánga, sála, sá e tá (faire)*. 422p. Tese (Departamento de Filologia Francesa e Românica, Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, 2015.

INSTITUTO DE GEODESIA E CARTOGRAFIA DE ANGOLA. Carte ethnolinguistique de l'Angola, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral de População. Luanda: INE, 2014.

KRAMSCH, Claire. *Language and culture*. London: OUP, 2014.

LIMA, Antonia de. Intencionalidade, afecto e distinção: as escolhas de nomes em famílias de elite de Lisboa. In CABRAL, J. de P.; VIEGAS, S. de M. (Org.). *Nomes: gêneros, etnicidade e família*. Coimbra: Almedina. 2007, p. 39-62.

MAHO, Jouni A. Classification of the bantu languages an update of Guthrie's referential system. In NURSE, D.; PHILIPPSON, G. (Ed.). *The Bantu languages*. Londres: Nova Iorque: Routledge, 2003, p. 639-650.

MOSELEY, Christopher. *Atlas des langues en danger dans le monde*. UNESCO, 2010.

NDOMBELE, Eduardo David. *Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola*. RILP, Lisboa, VI Série, nº 31, p. 69-88, 2017.

NGUNGA, Armino. *Introdução à linguística Bantu*. 2ª ed. Maputo: Imprensa Universitária, 2015.

PANOFF, Michel; PERRIN, Michel. *Dicionário de etnologia*. Lisboa: Edições 70, 1973.

PETTER, Margarida. (Org.). *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015.

POPESCU, Mihaela. *Le tabou linguistique: un paradoxe toujours actuel*. Acta Universitatis Lodziensis Folia Litteraria Romanica, v. 12, p. 135-145, 2017.

SANTOS, Diego Junior da Silva et al. *Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar*. Dental Press J Orthod. v. 15, nº 3, p. 121-124, mai./jun. 2010.

TAVARES, José Lourenço. *Gramática da língua do Congo (kikongo): dialeto kisolongo*. Loanda: Imprensa Nacional de Angola, 1915.

TIMBANE, Alexandre A. & COELHO, Dayanny M. *A expansão lexical em produtos alimentícios industrializados no português brasileiro*. Confluência: revista do Instituto de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nº 54, 2018.

TIMBANE, Alexandre A. *Marcas de identidade cultural e linguísticas moçambicanas no filme “virgem Margarida”, de Licínio Azevedo*. *Língua e Literatura*. v. 18, nº 32, p. 64-87, dez. 2016.

WEBSTER, Hutton. *Le tabou: étude sociologique*. Paris: Les éditions Payot, 1952.

Recebido em: 05/03/2019

Aceito em: 16/04/2019